



CADERNO DE ENCARGOS

PCM FG N.º 28/26

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTROLO DE VEGETAÇÃO ESPONTÂNEA

UG Ribatejo

Propriedade: Herdade da Caveira

Maio / 2026



Índice

1. Objeto	3
2. Localização e Descrição da prestação de serviços	3
3. Prazos	3
4. Preço e condições de pagamento	4
5. Planeamento e Execução das Intervenções	6
6. Acessos e Circulação	6
7. Acompanhamento e Fiscalização	7
8. Obrigações Legais	8
9. Seguros	8
10. Riscos	9
11. Encargos	9
12. Penalidades	10
13. Alerta de Risco de incêndio	10
14. Representantes das Partes	10
15. Proteção de Dados Pessoais	11
16. Dever de Sigilo e confidencialidade	11
17. Subcontratação e Cessão da posição contratual	12
18. Incumprimento e resolução	12
19. Comunicações e notificações	13
20. Foro competente	13
21. Prevalência	13
ANEXOS	14
ANEXO I	15
ANEXO II	17
ANEXO III	19
ANEXO IV	20
ANEXO V	22

1. Objeto

- 1.1. O objeto da prestação de serviços de intervenções silvícolas pretendida pela FLORESTGAL é o controlo de vegetação espontânea na Propriedade “Herdade da Caveira” que se localiza no concelho da Chamusca, União de Freguesias da Parreira e Chouto, e que faz parte integrante da UG “Ribatejo”.
- 1.2. A apresentação de proposta implica que o adjudicatário se compromete a executar todas as intervenções segundo as boas práticas florestais, nos termos do presente caderno de encargos.

2. Localização e Descrição da prestação de serviços

- 2.1. Os serviços de controlo de vegetação espontânea serão prestados na área identificada na **cartografia** constante do **Anexo I** ao presente caderno de encargos e que dele faz parte integrante, totalizando 140 ha (cento e quarenta hectares).
- 2.2. Na tabela infra consta a identificação da área a intervir, a descrição sumária das operações a executar e a área correspondente em número de hectares.

Tipo de intervenção	Área de intervenção (ha)
Controlo de vegetação espontânea	140

- 2.3. O controlo da vegetação espontânea deverá ser feito **exclusivamente com recurso a corta-matos**;

3. Prazos

- 3.1 Os serviços previstos realizar nos termos do presente caderno de encargos serão integralmente executados até ao dia **30 de junho de 2026**:
- 3.2 O início dos trabalhos poderá ocorrer após a assinatura do contrato de prestação de serviços, devendo o Adjudicatário comunicar, por escrito, à FLORESTGAL, com a antecedência mínima de **três dias úteis** a data prevista para o início dos trabalhos, que, no entanto, não poderá ocorrer após o dia **31 de maio de 2026**.
- 3.3 O prazo previsto no número 3.1. poderá ser prorrogado por decisão escrita da FLORESTGAL, mediante prévio pedido do Adjudicatário, reduzido a escrito e remetido

à FLORESTGAL através do correio eletrónico “geral@florestgal.pt”, se ocorrer um caso de força maior, designadamente uma intempérie, que impeça o normal desenvolvimento das intervenções e a sua conclusão pontual. Cabe ao Adjudicatário solicitar a prorrogação do prazo e demonstrar os factos que a fundamentam.

- 3.4** O prazo previsto no n.º **3.1.** poderá, ainda, ser prorrogado por decisão da FLORESTGAL, caso verifique que não houve condições climatéricas e ambientais para a execução dos trabalhos no período previsto no presente Caderno de Encargos.
- 3.5** Se as intervenções não estiverem concluídas nos prazos-limite fixados no n.º **3.1.** ou no novo prazo que resultar da aplicação do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário obriga-se a indemnizar a FLORESTGAL de todos os prejuízos direta e indiretamente sofridos por esta, resultantes do não cumprimento do prazo estabelecido por motivo imputável ao Adjudicatário.
- 3.6** Os trabalhos só se consideram concluídos quando o Adjudicatário efetuar a remoção de todos os materiais sobranes e detritos resultantes dos trabalhos executados, deixando os locais limpos e em bom estado de conservação.

4. Preço e condições de pagamento

- 4.1.** Pela prestação de todos os serviços objeto do contrato, a FLORESTGAL pagará unicamente o preço constante na proposta adjudicada.
- 4.2.** Ao preço acresce o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor.
- 4.3.** O preço inclui todos os custos, encargos e despesas incluindo licenças, despesas de equipamento, deslocação, meios humanos e outros em que o adjudicatário incorra com a celebração e o cumprimento integral do contrato.
- 4.4.** A FLORESTGAL efetuará pagamentos parciais ao Adjudicatário mediante a apresentação de fatura e após a verificação por parte do técnico de campo responsável designado pela FLORESTGAL, registada em Auto de Medição, que os trabalhos se encontram efetuados.
- 4.5.** Para o apuramento dos valores a faturar, o responsável pelo acompanhamento dos trabalhos designado pela FLORESTGAL elabora um Auto de Medição nos termos do Anexo II ao presente Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante, e que consiste num mapa que valida qualitativa e quantitativamente a intervenção executada, contendo as seguintes informações:

- a) Levantamento e identificação cartográfica da área de intervenção executada e a faturar;
 - b) Quantidades ou unidades da intervenção executadas e a faturar. Essas quantidades ou unidades são aferidas através de medições no terreno, levantamento GPS ou por geomática;
 - c) Data e assinatura do técnico de campo responsável designado pela FLORESTGAL e do técnico de campo responsável indicado pelo Adjudicatário.
- 4.6.** Cada fatura só poderá ser emitida no fim de cada mês ou no fim dos trabalhos e só será considerada válida se, em anexo à mesma, constar o Auto de Medição assinado por ambas as Partes.
- 4.7.** Para além do Auto de Medição, o Adjudicatário apresentará a fatura acompanhada de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
- 4.8.** Serão deduzidas, nos pagamentos parciais a fazer ao Adjudicatário, as importâncias necessárias à liquidação das penalidades que lhe tenham sido aplicadas.
- 4.9.** O pagamento das faturas aprovadas sobre os montantes devidos efetuar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de receção da respetiva fatura.
- 4.10.** Caso uma fatura apresentada a pagamento não mereça a aprovação da FLORESTGAL, porque não conforme com o Auto de Medição aprovado, esta comunicará ao Adjudicatário. que deverá apresentar-lhe outra fatura devidamente corrigida.
- 4.11.** Cada fatura deverá incluir os seguintes elementos:
- Identificação do Contrato (designação e número do contrato);
 - Descrição da(s) intervenção(ões) executada(s), referindo o(s) documento(s) que a(s) evidenciam;
 - NIB, para efeitos de transferência bancária;
 - Incidência do IVA, em separado;
 - Documentação de suporte;
 - Emissão em nome de FLORESTGAL – Empresa de Desenvolvimento e Gestão Florestal, S.A.;
 - Data;
 - Envio por transação Eletrónica.

5. Planeamento e Execução das Intervenções

- 5.1. Os trabalhos a realizar e a afetação dos recursos necessários para a sua execução deverão ser planeados e executados pelo Adjudicatário de modo que sejam garantidos e cumpridos os prazos estipulados para o início e o fim da prestação dos serviços.
- 5.2. A alocação espacial e temporal da área de intervenção é definida pela FLORESTGAL.
- 5.3. Os trabalhos deverão ser realizados de acordo com os requisitos técnicos constantes deste Caderno de Encargos e que se identificam abaixo, e ainda, de acordo com as demais orientações e sob a supervisão da FLORESTGAL:
 - a) **Anexo III – Guia de boas práticas florestais – controlo de vegetação espontânea**
 - b) **Anexo IV - Regras de boas práticas ambientais**
- 5.4. A abertura de caminhos e trilhos depende da autorização prévia da FLORESTGAL e os encargos são da responsabilidade do adjudicatário.
- 5.5. Dentro da propriedade só será permitida a passagem e a circulação de veículos devidamente identificados pelo Adjudicatário e relacionados diretamente com as operações.
- 5.6. O Adjudicatário obriga-se a comunicar aos responsáveis da FLORESTGAL qualquer situação, ocorrência, dificuldade ou comunicação (reclamação, solicitação, sugestão, pedido de informação, etc.) que julgue importante para o bom andamento dos serviços ou para a gestão das áreas e dos seus recursos, e, em caso de dúvida, a interromper os trabalhos e tratar a situação com os responsáveis da FLORESTGAL.
- 5.7. O Adjudicatário deverá sinalizar as situações de risco, especialmente quando as operações possam afetar vias públicas.

6. Acessos e Circulação

- 6.1. Em situação alguma se deverá colocar em causa o acesso ou a passagem de veículos ao longo dos caminhos ou aceiros da Unidade de Gestão.

- 6.2.** Só será permitida a passagem e a circulação dentro da propriedade de veículos devidamente identificados pelo Adjudicatário e relacionados diretamente com as operações.

7. Acompanhamento e Fiscalização

- 7.1.** A FLORESTGAL detém a faculdade de assegurar, em permanência, o acompanhamento e a supervisão da execução dos trabalhos.
- 7.2.** Os poderes de acompanhamento e de supervisão a que se refere o número anterior podem ser conferidos a uma entidade externa, contratada pela FLORESTGAL.
- 7.3.** O Adjudicatário obriga-se a prestar as informações necessárias e a responder às solicitações dos responsáveis da FLORESTGAL, bem como, a permitir e colaborar no acompanhamento e controlo realizados pela FLORESTGAL ou por entidades que atuem em seu nome, e a implementar as ações que lhe forem definidas em combinação com esses responsáveis, sempre que necessário.
- 7.4.** O Adjudicatário obriga-se, ainda, a:
- a) Comunicar aos responsáveis da FLORESTGAL qualquer situação, ocorrência, dificuldade ou comunicação (reclamação, solicitação, sugestão, pedido de informação, etc.) que julgue importante para o bom andamento do serviço ou para a gestão das áreas e dos seus recursos;
 - b) Em caso de dúvida, interromper os trabalhos e tratar a situação com os responsáveis da FLORESTGAL;
 - c) Sinalizar situações de risco, especialmente quando as operações possam afetar vias públicas.
- 7.5.** No caso de a FLORESTGAL verificar que os trabalhos não estão a decorrer de forma correta e que seja evidente a frequência do incumprimento das condições do presente Caderno de Encargos (e do correspondente contrato de prestação de serviços), as operações deverão cessar de imediato, assim que essa ordem seja comunicada, por escrito, pela FLORESTGAL, sem que o Adjudicatário tenha direito a qualquer compensação ou pagamento.

8. Obrigações Legais

- 8.1.** O adjudicatário obriga-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação laboral, fiscal, de saúde, higiene e segurança no trabalho, bem como, qualquer outra respeitante à atividade.
- 8.2.** O Adjudicatário obriga-se a trabalhar com pessoal apto para o trabalho, habilitado para a execução correta e segura dos serviços, mediante formação e/ou experiência, e deverá garantir que todos os trabalhadores cumprem as normas de segurança, saúde e higiene no trabalho e que têm à sua disposição o equipamento de proteção individual indicado para a função que desempenham, sendo a disponibilização do equipamento de proteção individual, bem como a fiscalização do seu uso, da responsabilidade do Adjudicatário.
- 8.3.** O Adjudicatário garantirá que todas as máquinas, equipamentos, ferramentas e viaturas utilizadas, em trânsito ou na execução das intervenções, estão legalizadas nos termos da lei em vigor e que se encontram em bom estado de conservação/manutenção, a fim de garantir a qualidade, a proteção do ambiente e a segurança dos trabalhos e das pessoas envolvidas.
- 8.4.** Em caso de ocorrência de um acidente grave (perda de, pelo menos, quatro dias de trabalho), o Adjudicatário disponibilizará à FLORESTGAL uma cópia do relatório de acidente de trabalho enviado à Autoridade para as Condições de Trabalho.

9. Seguros

- 9.1.** O Adjudicatário obriga-se a apresentar, previamente ao início da prestação de serviços e a manter válidos durante o período de execução dos trabalhos todos os seguros obrigatórios nos termos da legislação em vigor.
- 9.2.** O Adjudicatário obriga-se à subscrição de seguro de responsabilidade civil de exploração, que garantirá a cobertura de qualquer sinistro ocorrente, designadamente perante a FLORESTGAL, seguro de acidentes de trabalho de todos os trabalhadores afetos à intervenção silvícola, e seguro de viaturas, equipamentos e máquinas utilizados na prestação dos serviços, seguros estes que permanecem obrigatoriamente ativos durante a vigência do contrato e cujas apólices e

comprovativos de pagamento devem ser remetidos para FLORESTGAL no prazo limite de 48 horas prévias ao início dos trabalhos.

- 9.3.** A existência dos seguros mencionados não limita a responsabilidade legalmente exigida ao Adjudicatário.

10. Riscos

- 10.1.** O Adjudicatário procederá à execução das operações por sua conta e risco e assume toda a responsabilidade com os recursos humanos, meios mecânicos e/ou outros que entenda necessários para o efeito, durante período de vigência da exploração.
- 10.2.** A responsabilidade por todos os riscos, incluindo, roubo, deterioração, incêndio, acidente qualquer outro dano causado na execução das tarefas de exploração ou por qualquer ato negligente, por parte do Adjudicatário ou dos recursos humanos afetos aos trabalhos de exploração serão inteiramente da responsabilidade do Adjudicatário.
- 10.3.** Os eventuais prejuízos decorrentes da ocorrência de fogo florestal, acidente ou qualquer outro dano causado na execução das intervenções silvícolas ou por qualquer ato negligente, por parte do Adjudicatário ou dos recursos humanos afetos aos trabalhos serão inteiramente da responsabilidade do Adjudicatário.

11. Encargos

A FLORESTGAL não assume quaisquer encargos com os trabalhos de controlo de vegetação espontânea, cabendo ao Adjudicatário todas as despesas e responsabilidades de afetação de materiais, equipamentos e recursos humanos envolvidos nas operações.

12. Penalidades

- 12.1.** Se os trabalhos não estiverem concluídos na data-limite, o Adjudicatário sujeita-se a indemnizar a FLORESTGAL de todos os prejuízos resultantes do não cumprimento do prazo estabelecido.
- 12.2.** Para além do ressarcimento dos prejuízos causados à FLORESTGAL pelo atraso, estipula-se um valor da indemnização a pagar por cada dia de calendário de atraso para além da data-limite de 30 de junho de 2026, correspondente a [0,5%] do valor da adjudicação.
- 12.3.** O adjudicatário será o único e exclusivo responsável por todas as penalizações, designadamente coimas e multas, que venham a resultar do incumprimento de qualquer obrigação legal, bem como por seguros, contribuições e impostos que incidam sobre máquinas, equipamentos, viaturas e recursos humanos que estejam afetos à execução da intervenção.

13. Alerta de Risco de incêndio

- 13.1.** Durante o período da intervenção se o nível de risco de incêndio for elevado ou por imposições legais da defesa da floresta contra incêndios (DFCI), a FLORESTGAL pode determinar ao Adjudicatário a suspensão da execução das intervenções, sem que daí decorram quaisquer penalizações para o adjudicatário ou para a FLORESTGAL.
- 13.2.** Os trabalhos só poderão ser reiniciados após a comunicação, pela FLORESTGAL, do levantamento da suspensão.

14. Representantes das Partes

- 14.1.** As relações da FLORESTGAL com o Adjudicatário relativas à execução material dos trabalhos silvícolas processar-se-ão através de um representante a designar pela FLORESTGAL.

- 14.2.** O Adjudicatário indicará, até 5 (cinco) dias úteis após a comunicação de adjudicação, o seu representante junto da FLORESTGAL, com poderes para resolver a generalidade dos assuntos emergentes do Contrato.
- 14.3.** A FLORESTGAL poderá fazer-se representar por consultores externos e/ou outras entidades de sua escolha, no acompanhamento dos trabalhos.

15. Proteção de Dados Pessoais

- 15.1.** A FLORESTGAL efetuará a recolha e tratamento de dados pessoais, quer estes tenham sido fornecidos diretamente pelo Adjudicatário ou tenham sido gerados pela FLORESTGAL, no âmbito da celebração, execução, renovação ou cessação do contrato, os quais serão tratados por esta, enquanto entidade responsável pelo seu tratamento e conservados pelo tempo necessário à prossecução das respetivas finalidades, assegurando-se o cumprimento do Regulamento Comunitário de Proteção de Dados (RGPD) e demais legislação aplicável.
- 15.2.** Antes do início dos trabalhos, e conforme decorrerá do contrato a celebrar, o Adjudicatário obriga-se a facultar à FLORESTGAL a “Declaração sobre Tratamento de Dados Pessoais (RGPD)” constante do **Anexo IV** ao presente caderno de encargos, e que dele faz parte integrante, com os elementos de informação relativos aos trabalhadores envolvidos na execução dos serviços contratados e assegurando que estes tomaram prévio e esclarecido conhecimento da pertinente Informação sobre o tratamento desses dados pessoais pela FLORESTGAL pela leitura da “Informação da FLORESTGAL sobre tratamento e proteção de dados pessoais de trabalhadores envolvidos na execução material de contratos para gestão de propriedades rústicas”, que consta, também, do referido Anexo.

16. Dever de Sigilo e confidencialidade

- 16.1.** O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus trabalhadores venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da FLORESTGAL.
- 16.2.** O Adjudicatário deve limitar o acesso às informações confidenciais aos seus empregados, funcionários e contratados que tenham de recorrer às mesmas para

correta execução da Prestação de Serviços e assegurar que os mesmos são obrigados a manter essa confidencialidade nos termos em que esta é exigível ao Adjudicatário.

- 16.3.** No final da execução do Contrato a celebrar, o Adjudicatário entregará à FLORESTGAL todos os documentos por si utilizados ou preparados para a realização dos serviços prestados.

17. Subcontratação e Cessão da posição contratual

- 17.1.** O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer um dos direitos e obrigações decorrentes do contrato a celebrar, sem a prévia e expressa autorização da FLORESTGAL, dada por escrito.
- 17.2.** O Adjudicatário obriga-se a informar previamente a FLORESTGAL no caso de recorrer à subcontratação de serviços para a execução dos trabalhos e, nesse caso, as Obrigações do Adjudicatário fixadas no presente caderno de encargos, são de aplicação imediata aos subcontratados, devendo o Adjudicatário remeter à FLORESTGAL, por escrito, a evidência do cumprimento, por estes, das mesmas obrigações estipuladas para o Adjudicatário.

18. Incumprimento e resolução

- 18.1.** O incumprimento do contrato de prestação de serviços, por qualquer uma das Partes contratantes, dará à Parte não faltosa o direito de o resolver nos termos gerais do direito.
- 18.2.** Para efeitos do número anterior, a FLORESTGAL notificará por escrito remetido por correio eletrónico, o Adjudicatário para sanar as deficiências assinaladas no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 18.3.** Não se verificando sanadas as deficiências notificadas, ou no caso de incumprimento do prazo limite da prestação dos serviços a FLORESTGAL poderá proceder à resolução automática do contrato por meio de simples carta registada, operando-se a resolução no quinto dia útil seguinte ao da expedição da carta de resolução ao Adjudicatário.

18.4. Caso a FLORESTGAL venha a resolver o Contrato, o Adjudicatário deverá indemnizar a FLORESTGAL pelo valor dos danos e prejuízos a esta causados em virtude do comportamento faltoso.

18.5. Resolvido o contrato, o Adjudicatário fica constituído na obrigação de indemnizar a FLORESTGAL nos termos gerais.

19. Comunicações e notificações

19.1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato a celebrar, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

19.2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato a celebrar deve ser comunicada à outra parte.

20. Foro competente

20.1. No caso de divergência relativo à interpretação, execução ou cumprimento de obrigações emergentes do contrato a celebrar, as Partes obrigam-se a procurar uma solução consensual.

20.2. Qualquer litígio ou diferendo será submetido à apreciação dos responsáveis máximos das Partes, que envidarão todos os esforços para obter uma solução consensual.

20.3. Se, no prazo de 30 dias após o início da situação de diferendo, se frustrar a tentativa de solução referida no número anterior, o litígio ou diferendo será decidido pelo tribunal judicial da Comarca de Figueiró dos Vinhos, salvo norma imperativa que disponha em sentido diferente.

21. Prevalência

21.1. Farão parte integrante do contrato de prestação de serviços a celebrar, pelo menos, o caderno de encargos e a proposta do adjudicatário.

21.2. Em caso de dúvidas aplica-se seguinte prevalência, por esta ordem:

- 1) Contrato de prestação de serviços;
- 2) Os eventuais esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- 3) O caderno de encargos;
- 4) Os eventuais esclarecimentos sobre a proposta adjudicada;
- 5) A proposta adjudicada.

ANEXOS

Anexo I – Cartografia

Anexo II – Modelo de Mapa de Quantidades

Anexo III – Guia de boas práticas florestais - Controlo de vegetação espontânea

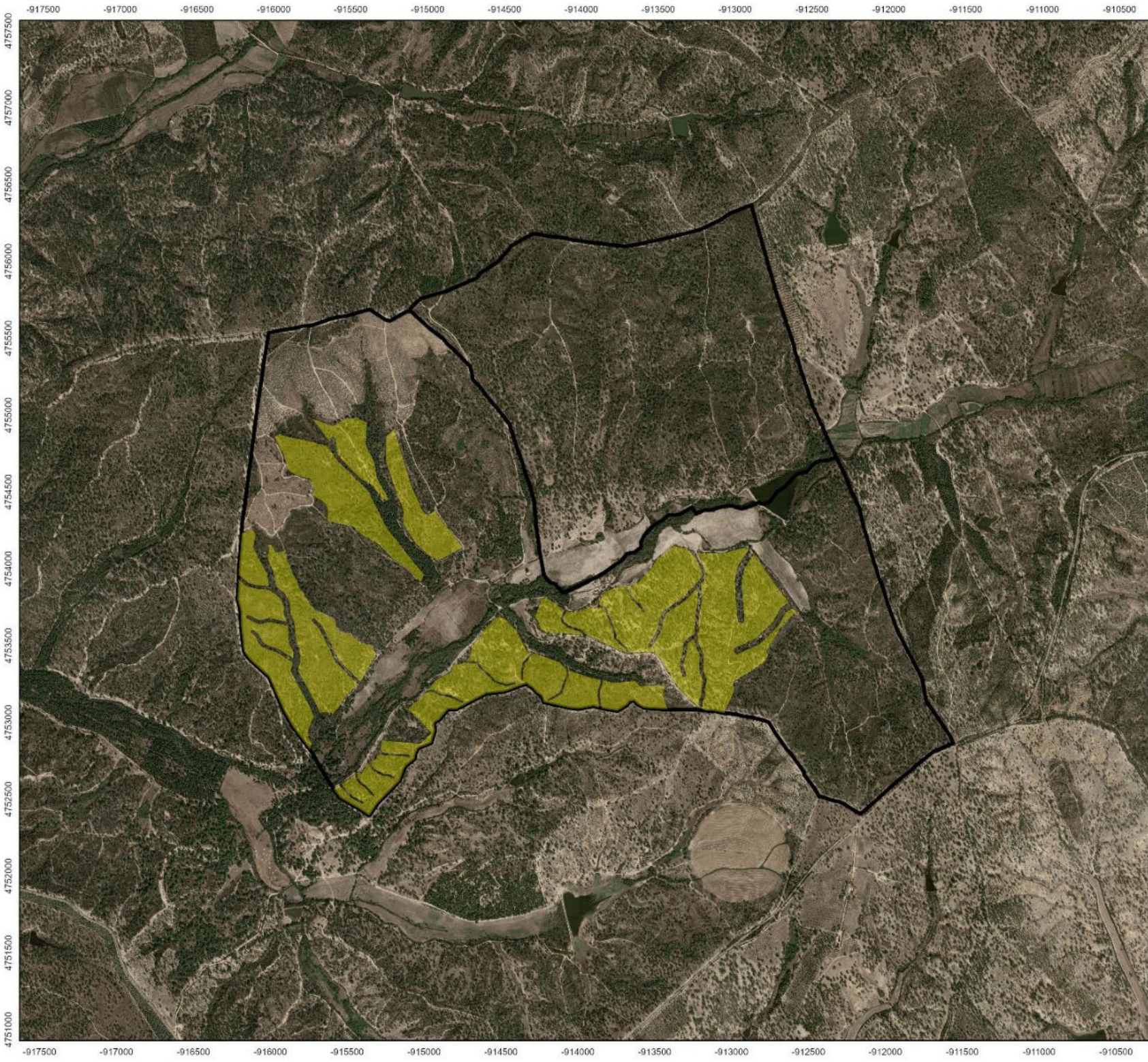
Anexo IV - Boas Práticas Ambientais

Anexo V - RGPD - Informação a trabalhadores sobre tratamento de dados pessoais por terceiro



ANEXO I

CARTOGRAFIA



PLANO DE GESTÃO FLORESTAL

UG RIBATEJO

Herdade da Caveira e Herdade da Ervideira

Entidade Gestora:
FLORESTGAL - Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A.

Mapa da Intervenção

limite_caveira_ervideira

Controlo de vegetação espontânea - 140 ha

Fonte: MDT (25 m), Direção Geral do Território
Escala: 1:13000
Sistema de Coordenadas: ETRS 1989 Portugal TM06
Datum: ETRS 1989
Prajecção: Transverse Mercator

FLOREST
GAL



ANEXO II

**MODELO DE
MAPA DE QUANTIDADES**

Mapa de Quantidades de Trabalhos

[illegible]



ANEXO III

GUIA DE BOAS PRÁTICAS FLORESTAIS
CONTROLO DE VEGETAÇÃO ESPONTÂNEA

FLOREST GAL

COMPLEMENTO AO D-08

BOAS PRÁTICAS FLORESTAIS

CONTROLO DE VEGETAÇÃO ESPONTÂNEA

1. OBJETIVO

O controlo de vegetação espontânea deve ser feito sempre que se verifique que a vegetação causa uma competição considerável com as árvores por água, nutrientes e luz ou constitui um risco para a eclosão ou propagação de incêndios. Pode ser realizado através do controlo manual, mecânico, fogo controlado ou químico.

TIPOS DE VEGETAÇÃO ESPONTÂNEA MAIS COMUNS:

Tojo, Giesta e Carqueja – semilenhosas da família das Leguminosas. Fixadoras do azoto com grau de competição reduzido pelo que a sua remoção ou erradicação total devem ser evitadas.

Urze - semilenhosa de pequeno porte, da família das Ericáceas. Emite toxinas pelo seu sistema radicular que inibem a micorrização. Justifica-se uma intervenção mais agressiva para a sua erradicação, podendo ser oportuna uma ação de eliminação total.

Esteva - espécie semilenhosa, ocorre principalmente em estações florestais de baixa capacidade de produção, com solos degradados. A emissão de inibidores pelas raízes e folhagem em decomposição afetam as plantas instaladas. Também causam compactação do solo reduzindo a capacidade de infiltração da água e a sua oxigenação. Assim, justifica-se uma intervenção mais agressiva para a sua erradicação, podendo ser oportuna uma ação de eliminação total.

Acácias - espécies exóticas lenhosas, da família das Leguminosas, de luz (suscetíveis à sombra) que poderão atingir porte arbóreo. Fixam e disponibilizam o Azoto no solo. No entanto, face ao seu carácter agressivo e invasor pode desenvolver um processo de competição muito forte. Devido aos elevados custos de erradicação, a intervenção deve ser ponderada. Na maioria das vezes as tentativas de remoção total traduzem-se em elevados custos com pouco sucesso.

Háqueas - espécies exóticas lenhosas de porte arbustivo, da família das Proteáceas. Face ao seu forte carácter competitivo e à sua facilidade de propagação por semente, a sua erradicação, com base em cortes efetuados em anos sucessivos antes da produção de semente, é indispensável para garantir a proteção e o sucesso da plantação.

Gramíneas - espécies comuns muito competitivas por nutrientes, água e oxigénio do solo com as jovens plantas, correspondendo a decréscimos muito significativos de produtividade e do crescimento inicial. O seu aparecimento é comum nos anos seguintes às operações de gradagens totais ou parciais. A intervenção sobre este tipo de infestante deverá evitar a utilização de grade

porque esta ajuda à germinação das suas sementes, promovendo a sua proliferação e agressividade.

2. EQUIPAMENTOS

Equipamento de proteção individual (EPIs)	FUNÇÃO OU OPERAÇÃO				
	Operação de máquina	Motosserrista	Ajudante de motosserrista	Operador de Motorroçadora	Ajudante de silvicultura
Capacete com viseira		Obrigatório		Obrigatório	
Capacete simples	Em situações que o justifiquem		Obrigatório		
Auricular tipo concha	Em situações que o justifiquem	Obrigatório	Em situações que o justifiquem	Obrigatório	
Luvas de proteção	Em situações que o justifiquem	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Em situações que o justifiquem
Colete refletor	Em situações que o justifiquem	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Polainas ou calças de entretela		Obrigatório		Obrigatório	
Botas ou calçado fechado					Obrigatório
Botas de biqueira de aço antiderrapantes	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	

3. OPERAÇÕES – BOAS PRÁTICAS

CONTROLO MANUAL

- Feito com ferramentas manuais, roçadoras, enxadadas, motosserras, etc.;
- Não afeta o sistema radicular do mato, permitindo a sua regeneração;
- Efetua-se, geralmente em situações de dificuldade de mecanização, declives acentuados (> 35%), afloramentos rochosos, etc.;
- Rendimento operacional - 5 a 10J/ha, dependendo do declive, tipo, dimensão e densidade de mato.

CONTROLO MECÂNICO

- O controlo mecânico deve ser feito de preferência no período húmido, evitando assim a eclosão de incêndios, pelo atrito das ferramentas com as pedras do solo;

- Preferir o corta-mato à grade de discos. No caso de ser grade, deve ser o mais superficial possível;
- Preferencialmente, fazer em faixas segundo a curva de nível, alternadas nas épocas ou anos de realização, diminuindo assim custos, riscos de erosão e impactes na biodiversidade.

CORTA-MATOS (FACAS OU MARTELOS)

- Promove o corte superficial e estilhaçamento (corta-mato de facas) da parte aérea dos matos, deixando os restos depositados sobre o solo com diversas vantagens: reduz a evaporação, mantém o solo mais fresco, protege da erosão e reduz rebentamento dos matos;
- Apenas controla o desenvolvimento dos matos, não permitindo o aparecimento de invasões de comunidades de gramíneas;
- Deverá aplicar-se a todos os tipos de solos com pedregosidade reduzida, em declives < 35%. Pelos seus benefícios e baixo custo, é uma das técnicas a utilizar mais frequentemente; rendimento operacional – 2h/ha (corte em linhas) a 6h/ha (corte total)

GRADE DE DISCOS

- Corte e enterramento do mato e mobilização, expondo o solo, destruindo e enterrando o mato, evitando a sua regeneração;
- Pelo seu efeito nas comunidades de matos e custos elevados deverá ser evitada. Pode promover a invasão de gramíneas, mais agressivas e competitivas por nutrientes, água e luz;
- Rendimento operacional – 3h/ha (gradagem nas linhas) até 6h/ha (gradagem total).

FOGO CONTROLADO

- Fora da época de risco;
- Atender as obrigações legais estabelecidas pelas autoridades.



ANEXO IV

BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS

Boas Práticas Ambientais

Caminhos e aceiros: Manter em bom estado de conservação e retirar de imediato os detritos resultantes ou depositados durante as intervenções;

Pontos de água: Proceder de modo a não impedir o acesso de pessoas e/ou veículos aos pontos de água pela obstrução dos caminhos. Não contaminar as águas com quaisquer produtos ou resíduos;

Linhas de água: Não atuar sobre as zonas de proteção às linhas de água, exceto se forem dadas outras indicações, e não depositar sobre essas zonas de proteção quaisquer detritos ou materiais que as contaminem e/ou obstruam;

Árvores e arbustos: Não cortar quaisquer arbustos ou árvores sem receber indicação expressa para tal. Ao operar, proceder cuidadosamente de forma a não causar qualquer dano, particularmente sobre o seu sistema radicular.

Vida animal: Durante a exploração, se forem encontrados ninhos, tocas ou outros abrigos de animais selvagens, devem executar-se os trabalhos de forma a não perturbar ou destruir esses “habitats”;

Resíduos: Todos os resíduos devem ser recolhidos e guardados em recipientes adequados e retirados da floresta no mais curto espaço de tempo possível, tendo como data-limite o dia do termo dos trabalhos, e devem ser encaminhados para o parque de Gestão de Resíduos mais próximo e/ou em alternativa depositados em entidade licenciada, fazendo disso prova.

DISTÂNCIAS DE SEGURANÇA

- Inspeção do local e planificação da tarefa a realizar, estabelecendo o método de trabalho, material e equipamentos de proteção a utilizar;
- Não saltar dos veículos de transporte, utilizar sempre 3 pontos de apoio;
- Manter a distância de segurança, entre trabalhadores, de 15m no caso de motorroçadoras e 2m na linha de trabalho para os utensílios manuais;
- Colocar no ambiente de trabalho água potável em quantidade, para consumo;
- Possuir sempre um plano de evacuação em caso de incêndio florestal.

4. MEIOS DISPONÍVEIS NO LOCAL DE TRABALHO

- Meios de Comunicação: Telemóvel e/ou Veículo apropriado;
- Caixa de Primeiros Socorros;
- Sinalização de segurança: triângulos e fitas de sinalização;
- Extintor de Incêndios:
 - ✓ Carrinhas e veículos: 1 extintor de 2 kg;
 - ✓ Máquinas com menos de 10 toneladas: 1 extintor de 6 Kg;
 - ✓ Nas Máquinas com mais de 10 toneladas: 2 extintores de 6 Kg
- 2 Batedores de Fogo;
- Pá ou enxada;
- Recipientes de Óleos, Combustíveis, e outros produtos químicos em boas condições, vedados e Identificados;
- Aparadeira(s) e Funil (caso se justifique);
- Recipientes para Recolha de Resíduos (lixo) adequados ao tipo de resíduo, em boas condições e identificados.

5. GESTÃO DE RESÍDUOS

Resíduo	Recolha/separação	Destino final
Óleos usados	Recolher para embalagem estanque	Entrega à oficina, estação de serviço ou outros operadores autorizados
Materiais contaminados com produtos perigosos – óleo, massa, combustível, tinta, fitossanitários, ácido: trapos, luvas, tubos, filtros, embalagens, etc	Recolher separadamente para recipiente próprio – saco, caixote, bidão, lata, etc.	
	Recolher separadamente as embalagens de fitossanitários – herbicida, inseticida, etc.	Entrega ao fornecedor ou outros operadores autorizados
Resíduos comuns – metal, papel, cartão, plástico, vidro, restos orgânicos, etc.	Recolher separadamente e depositar nos ecopontos, ou Recolher e depositar nos contentores de lixo	Sistema público de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos – RSU
Baterias e acumuladores	Recolher e armazenar separadamente	Entrega aos fornecedores ou outros operadores autorizados



ANEXO V

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

DECLARAÇÃO SOBRE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (RGPD)

Minuta de Declaração

Eu, (nome completo), na qualidade de (gerente/administrador/outra) da (designação social da empresa) NIF/NIPC [...], com sede em [...] que celebra o Contrato de (identificar a designação e o número do contrato) com a FLORESTGAL– EMPRESA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, S.A. (“FLORESTGAL, S.A.”) com sede na Av. Comendador Joaquim Araújo Lacerda, nº 16-18, 3260-412 Figueiró dos Vinhos, NIPC 504.528.319, declaro que, para a execução do referido contrato, e designadamente para evidenciar o cumprimento de obrigações legais em matéria de Saúde, Segurança e Aptidão para o Trabalho do pessoal afeto à execução do contrato, faculto à FLORESTGAL, previamente à entrada em obra, a consulta/recolha dos seguintes elementos de informação: (i) lista nominativa dos trabalhadores (contratados e tarefeiros) afetos à execução material do Contrato, (ii) comprovativos de inscrição na Segurança Social, (iii) Cópia de Apólice(s) de seguro(s) de acidentes de trabalho, (iv) comprovativos médicos de aptidão para o trabalho (fichas de medicina no trabalho ou equivalente).

Mais declaro, sob compromisso de honra, que facultei aos correspondentes titulares dos dados disponibilizados à FLORESTGAL, S.A., a *“Informação da FLORESTGAL sobre tratamento e proteção de dados pessoais trabalhadores envolvidos na execução material de contratos para gestão de propriedades rústicas”*, constante do **Anexo** à presente Declaração e asseguro que foi por todos eles lida e que compreenderam o seu conteúdo, nomeadamente o interesse legítimo da Florestgal no acesso aos dados referidos na presente Declaração. Por ser verdade, vai por mim assinada.

_____(Local), _____ (DD), de ____ (MM) de 2026

(Assinatura do Declarante)

(Nome e cargo)

“Informação da FLORESTGAL sobre tratamento e proteção de dados pessoais de trabalhadores envolvidos na execução material de contratos para gestão de propriedades rústicas”

Esta *Informação* destina-se a informar e esclarecer os titulares dos dados sobre o fundamento do acesso e as finalidades do tratamento desses dados pela FLORESTGAL, no âmbito da execução do Contrato, bem como, dos direitos que lhes assistem e dos contactos para esclarecimento de dúvidas. Os titulares dos dados devem ler a presente Informação com toda a atenção

Responsável pelo tratamento dos dados pessoais

O Responsável pelo Tratamento dos seus dados pessoais é a **FLORESTGAL – EMPRESA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, SA.**, com o número único de matrícula e identificação fiscal 504528319 (adiante apenas “[FLORESTGAL”).

Os dados de contacto do Responsável são os seguintes:

Morada: Avenida Comendador Joaquim Araújo Lacerda, nº 16-18 3260-412 Figueiró dos Vinhos.
Telefone: (351) 263 550 550 || **TELEF:** (351) 263 550 550 | **E-MAIL:** geral@florestgal.pt

1. Categorias de dados pessoais

- i. Lista nominativa dos trabalhadores (colaboradores, tarefeiros contratados, ou outros) afetos aos trabalhos de execução material do Contrato;
- ii. Comprovativo de inscrição na Segurança Social;
- iii. Cópia de Apólice de Seguro de acidentes de trabalho;
- iv. Comprovativo da aptidão para o trabalho (Ficha de medicina do trabalho).

2. Finalidade do tratamento dos dados pessoais

Os dados pessoais recolhidos serão tratados com a finalidade de verificação do cumprimento de Indicador relativo a boas práticas de saúde e segurança conformes com o Guia de Segurança e Saúde no Trabalho para o setor Agro-Florestal, exigido em sede de certificação florestal das propriedades da FLORESTGAL e do seu estatuto de Entidade de Gestão Florestal.

Prazo de conservação dos dados pessoais

Os dados pessoais serão conservados pelo tempo necessário para a obtenção e manutenção da certificação florestal da(s) propriedade(s) rústica(s) em que ocorram trabalhos de campo por parte do titular dos dados, em execução de contrato celebrado por terceira entidade com a FLORESTGAL. Quando os dados pessoais deixem de ser necessários para tal finalidade, os dados serão bloqueados durante o período em que possam ser necessários para o seu exercício ou defesa em ações administrativas ou judiciais e só poderão ser desbloqueados e tratados de novo por este motivo. Finalizado este período, os dados pessoais serão definitivamente apagados.

A FLORESTGAL compromete-se a conservar os dados de forma a permitir a identificação dos titulares apenas pelo período necessário de acordo com as suas finalidades.

3. Destinatários dos dados pessoais

Poderão ter acesso, para consulta aos dados pessoais dos titulares, os prestadores de serviços de Auditoria Florestal que a FLORESTGAL contrate e outros Auditores no quadro da certificação florestal da empresa. Os dados pessoais poderão ser cedidos a Autoridades e Organismos Públicos,

incluindo Tribunais, quando tal seja exigido pela legislação/normativa aplicável.

4. Legitimidade para o tratamento e cessão de dados pessoais

As operações de tratamento de dados pessoais que se realizam com a finalidade de obtenção/manutenção de certificação florestal de propriedades rústicas da FLORESTGAL têm como base legal o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD (interesse legítimo do responsável pelo tratamento).

5. Direitos do titular relativamente ao tratamento dos seus dados pessoais

Poderá exercer os direitos de acesso, retificação, apagamento, oposição ao tratamento dos seus dados nos casos e com o alcance que estabeleça a normativa aplicável em cada momento.

Para exercer estes direitos poderá dirigir-se à FLORESTGAL por carta enviada para a morada Avenida Comendador Joaquim Araújo Lacerda, nº 16-18, 3260-412 Figueiró dos Vinhos juntando fotocópia do seu cartão do cidadão, passaporte ou qualquer outro documento identificativo, morada para efeitos de notificação e identificação do direito que pretende exercer. Mais se informa do seu direito a apresentar uma reclamação perante a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

6. Encarregado de Proteção de Dados

Caso tenha alguma dúvida sobre as finalidades do tratamento dos seus dados pessoais ou sobre a sua legitimidade, poderá contactar com o Encarregado de Proteção de Dados, cujo dados de contacto são os seguintes: Rua da Artilharia Um, 107, 1099-052 Lisboa.

||dpo@florestgal.pt